

Empreendedorismo de si ou autogestão subordinada? Tensionamentos da subjetividade neoliberal na revisão de textos

Karen Correia* 

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) – Brasil

*Correspondência: kcacorreia@gmail.com

RESUMO

O neoliberalismo, ao expandir-se globalmente, generaliza características historicamente constitutivas do mercado de trabalho no sul global — informalidade, flexibilidade e baixa proteção social —, afetando de modo particular as mulheres (Antunes, 2015). Esse movimento intensifica a precarização mesmo em atividades intelectuais, como a revisão de textos, profissão predominantemente feminina. Considerando esse cenário, o artigo propõe um entrecruzamento entre elementos atribuídos à feminilidade, traços historicamente constitutivos da revisão e aspectos do discurso neoliberal, com o objetivo de verificar se há, nessa atividade, resistência à ideologia neoliberal. Acorados em Pêcheux (2014 [1975]) e Indursky (2008), investigamos se revisoras(es) se posicionam frente a essa formação discursiva por meio de identificação, contraidentificação ou desidentificação. As análises identificaram todos esses processos, contrariando a tese de que os trabalhadores contemporâneos aderem plenamente ao ideal de "serem chefes de si". As contestações à formação ideológica neoliberal ocorrem, sobretudo, por meio da formação discursiva trabalhista. A heterogeneidade discursiva observada parece decorrer da atual fragmentação da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE:

Discurso neoliberal
Revisão de textos
Precarização do trabalho
Análise do Discurso
Modalidades de
subjetivação
Gênero

SUBMETIDO: 28 de dezembro de 2025 | **ACEITO:** 11 de março de 2026 | **PUBLICADO:** 31 de julho de 2026

© fólio – revista de letras 2026. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

Como efeito do Neoliberalismo, observamos, hoje, um processo de intensificação e generalização da informalização que historicamente estrutura o mercado de trabalho no sul global, especialmente para determinados grupos sociais, entre os quais as mulheres (Antunes, 2015). Esse movimento culmina, em última instância, na precarização dos postos de trabalho, inclusive em atividades de caráter intelectual. Nesse sentido, parece válido considerar que a revisão de textos, enquanto trabalho,

não escapa às referidas tendências contemporâneas, especialmente pelo fato de que, paralelamente a isso, o ofício se caracteriza, para muitos, como “bico”, isso é, como complementação de renda, conforme tem demonstrado a tese “O preço de ser desdobrável: precarização do trabalho e disparidade de gênero na revisão de textos”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG).

Certamente, as bases dessa mudança são concretas, marcadas, por exemplo, por ataques ao sindicalismo e a todos os movimentos trabalhistas bem como por desmonte de programas de seguridade social. Contudo, considerando, a partir das premissas da Análise do Discurso (AD) materialista, que o discurso não é apartado do social, mas o constitui, temos que ele é, também, material, porque é historicamente situado, ou seja, marcado pelas condições de produção. Nesse sentido, se a estrutura social é alterada, os discursos também sofrem modificações.

Por essa razão, objetivamos, no presente trabalho, analisar, a partir das proposições da AD, quais são as formas de subjetivação de revisoras(es) de texto em relação ao discurso neoliberal, ou seja, verificar em que medida a contradição entre liberdade e precarização, duas faces de um mesmo fenômeno, aparece nos discursos dessas(es) profissionais sobre o trabalho que desempenham. Como, pois, revisoras(es) de textos significam as suas condições de trabalho; em quais formações discursivas e ideológicas os seus discursos se ancoram; como, enfim, ocorre essa filiação: por meio de adesão ou de resistência? Há tentativa de apagamento e silenciamento da precarização ou ela é explicitada? Prevalece, nos discursos, uma filiação em relação à ideologia neoliberal, principalmente à noção de empreendedorismo, ou há deslocamento de sentidos?

Frente ao exposto, para realizar a análise, pretendemos tensionar o aporte teórico desenvolvido por Dardot e Laval (2016), principalmente a noção de “empreendedorismo de si”, com as proposições de Abílio (2020a, 2021), que, em substituição ao termo adotado pelos autores franceses, cunhou a noção de “autogerenciamento subordinado”, complexificando a discussão em torno do que se convencionou chamar de desejo de liberdade do trabalhador. Aqui, algumas ponderações precisam ser feitas: 1) a análise dos efeitos do neoliberalismo em países da Europa e da América do Norte não pode ser

transposta sem ressalvas para os países do sul global, como o Brasil; 2) mesmo em países considerados periféricos, não é possível considerar que a classe trabalhadora seja interpelada toda da mesma maneira; afinal, as condições de produção discursiva são radicalmente diferentes quando comparamos determinados grupos, como o de homens e o de mulheres, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Está posto, para a Sociologia do Trabalho, que uma parcela da sociedade está mais propensa aos efeitos da precarização, o que vem sendo observado também nas análises estatísticas sobre a revisão de textos feitas no âmbito da tese de doutorado supracitada. Portanto, a última ponderação diz respeito ao seguinte aspecto: 3) compreender que a AD não voltar sua preocupação a sujeitos empíricos e a dados sociológicos não significa ignorar a corporeidade de onde provêm os discursos.

Levando em conta as ressalvas anteriores e pensando uma análise referente ao Brasil, torna-se difícil ignorar a concretude das desigualdades que afetam diferentemente os sujeitos, em decorrência, justamente, de sua corporeidade. Logo, como não considerar que tais aspectos constituem as condições de produção discursiva? Por esse motivo, destacamos também, neste trabalho, como as mulheres são atravessadas de forma muito particular pelos efeitos da precarização no setor de serviços, no qual se inclui a revisão de textos.

Identificamos, a partir das análises, processos de identificação, contraidentificação e desidentificação em relação ao discurso neoliberal. Concluimos que essa heterogeneidade discursiva remete à fragmentação característica da classe trabalhadora atualmente.

O que constitui o discurso neoliberal?

Autores ancorados em diversas perspectivas teóricas costumam concordar que o Neoliberalismo, apoiado em mantras e *slogans*, propaga-se transfigurado de única alternativa, naturalizando-se como modelo que não pode ser superado. Nesse sentido, os posicionamentos de Anderson (1995), Harvey (2008) e Dardot e Laval (2016) convergem quanto à hegemonia alcançada pelo discurso neoliberal. Este, aliás, funciona de modo a envolver o trabalhador nos processos da empresa de forma cada vez mais estreita: ele agora é o colaborador, não mais o funcionário. Essa lógica participativa é também, como alerta Antunes

(2015), mais manipulatória. Em outros casos, dado o esgarçamento dos vínculos empregatícios, o trabalhador é impelido a se comportar como uma empresa, um prestador de serviços. Ao prometer ao trabalhador liberdade plena, sob o lema da flexibilização, a ideologia neoliberal propaga um discurso que busca constituir, enfim, uma nova racionalidade, a subjetividade neoliberal, que diz respeito à adesão dos sujeitos a esses princípios que se sustentam com base na exacerbação da exploração de seu trabalho. Operacionaliza-se, assim, a transferência de riscos e custos para o trabalhador, com o aval do Estado, por intermédio de um regime discursivo com o qual, muitas vezes, os trabalhadores se identificam e por meio do qual se instituem como “empresas de si” (Dardot; Laval, 2016). Para Harvey (2008, p.2), o caráter hegemônico atingido pelo discurso neoliberal explica por que ele “[...] passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”.

Ainda com Harvey (2008), o Neoliberalismo teve como objetivo primário recuperar o poder de uma pequena elite econômica. A explicitação de tal interesse, é claro, não seria a melhor forma de angariar adeptos para o programa que buscava se expandir. Por isso, a popularização do modelo em questão, segundo Dardot e Laval (2016), encontrou amparo no Estado, que, por meio de suas instituições, possibilitou ao que até então era um projeto se erigir e se capilarizar, inserindo-se nas práticas e nas subjetividades. A lógica de mercado passa a se difundir nas mais diversas instâncias (Dardot; Laval, 2016). Um novo funcionamento da estrutura social se impõe a partir de então.

Comportando-se como empresas, os sujeitos passam a se tratar como concorrentes (Dardot; Laval, 2016). A busca por uma produtividade cada vez maior e por mais visibilidade no mercado são constantes. Do mesmo modo, conforme Harvey (2008), passam a compreender que são um capital humano pelo qual são os únicos responsáveis. Eles devem gerir, assim, as suas emoções, o tempo livre e até mesmo a saúde mental. É o momento do autocuidado vendido como mercadoria. Precisam, ainda, investir em si próprios, pois o sucesso e o fracasso são lidos como fruto de dedicação e competência individual ou falta de esforço. Por isso, o sujeito neoliberal é aperfeiçoável e sempre tem algo a melhorar. Seguindo essa lógica, meritocracia e individualismo são pontos-chave

do discurso neoliberal, de modo que as desigualdades passam a ser explicadas a partir de causas individuais, e não estruturais. Se é o esforço que garante o sucesso — atrelado, agora, ao desempenho profissional —, quem não prospera não se dedicou o suficiente. Por isso, os programas de seguridade social tendem a sofrer severos ataques no âmbito do modelo neoliberal.

Retomando a ideia de que o Neoliberalismo tem em seu cerne o intuito de restabelecer o poder de uma pequena elite, torna-se compreensível que uma de suas principais medidas foi a desmobilização do sindicalismo e de qualquer movimento trabalhista. Ademais, todas as formas de desregulamentação estatais foram mobilizadas: da legislação trabalhista e previdenciária, da atuação profissional. Não é à toa que o toyotismo ganha força exatamente nesse contexto — vale dizer que a lógica participativa à qual nos referimos acima decorre daí —, haja vista a sua estruturação centrada na redução de custos. As medidas adotadas para alcançar esse fim envolvem, entre outras, diminuição de postos de trabalho, intensificação do ritmo, implementação da multifuncionalidade, isso é, exigência de que os funcionários passassem a acumular múltiplas funções simultâneas, além de terceirizações e subcontratações.

Manifestamente, as características mencionadas implicaram mudanças estruturais e discursivas, entre as quais podemos citar enfraquecimento das legislações trabalhistas e dos vínculos empregatícios, desregulamentação de diversas atividades profissionais ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, passou-se a exigir do trabalhador aprimoramentos e “reciclagens” constantes do conhecimento (Antunes, 2015). Forma-se, desse modo, o seguinte cenário: sob a égide do Estado, intensificam-se processos de informalização e precarização do trabalho, sob o nome de “flexibilização”, lema que passa a ser difundido ao lado da ideia de “liberdade” (trabalha-se quando e o quanto quiser, em qualquer lugar); diversas profissões são desregulamentadas, o que significa que não há mais critérios para o seu desempenho, inclusive de formação. Aliás, cursos de graduação passam a ser taxados como onerosos e muito longos, de modo que supostamente não acompanham as mudanças tecnológicas tão valorizadas; por isso, e visando garantir a multifuncionalidade, os trabalhadores são incentivados a se matricularem periodicamente em cursos rápidos de requalificação.

Revisão de textos: lugar de corpos generificados

Os discursos de profissionais da revisão de textos, assim como quaisquer outros, não derivam de um lugar abstrato. Como vem demonstrando a tese da qual provém este artigo, no caso da revisão, eles partem, predominantemente, de corpos generificados, já que a profissão é desempenhada por uma maioria de mulheres cisgênero, totalizando 86,52%. Tal processo de generificação constitui a historicidade da revisão, haja vista que nem sempre ela foi uma profissão feminina. Ao contrário, durante um longo período, esteve reservada unicamente aos chamados homens das Letras (afinal, é uma profissão intelectual).

Embora nem sempre feminina, há indícios de que a revisão há muito tempo padece de más condições de trabalho e de remuneração, sendo muitas vezes desempenhada como uma sub tarefa. Grafton (2014), ao investigar a revisão de provas no contexto do Renascimento Europeu, demonstra que quem desempenhava o ofício o fazia mais por falta de opção de se empregar em outra atividade que por desejo. Não havia orgulho em ser revisor de provas. Aliás, o estatuto intelectual da profissão sequer era plenamente reconhecido. Apesar de dispor de melhor remuneração que os trabalhadores manuais da casa tipográfica, os revisores eram sempre inferiorizados em relação aos escritores. Era revisor quem não era capaz o suficiente para ser escritor. Assim como ocorre hoje, todos os problemas encontrados em uma obra eram atribuídos ao revisor de provas, mesmo que o cotidiano desse profissional fosse feito de adversidades, como curtos prazos e acúmulo de tarefas. Do mesmo modo, Medeiros (1885), em seu manual de revisão de provas tipográficas, relata que os revisores de provas do Rio de Janeiro trabalhavam em locais mal iluminados e anti-higiênicos, não dispunham de formação adequada, ganhavam mal e, muitas vezes, trabalhavam como revisores no contraturno, enquanto atividade complementar. Além disso, nas tipografias, não havia material para consulta, como dicionários e enciclopédias.

Vale mencionar, ainda, que, segundo Grafton (2014), inicialmente, a revisão de provas era desempenhada por homens importantes, que desfrutavam de prestígio. Logo, para aceitarem realizar a atividade, precisavam ser atraídos por boas remunerações. Com efeito, ao ofício era reservado um lugar de notoriedade. Com o tempo, porém, os revisores perderam não apenas credibilidade, como também autoestima. Além de não receberem grandes

quantias por seus trabalhos, eram frequentemente acusados de prejudicar a qualidade dos textos com as suas intervenções supostamente inadequadas ou de não serem capazes de notar problemas que deveriam ser corrigidos antes da publicação. Assim, a partir do desenvolvimento da imprensa, a revisão de textos se tornou “[...] uma forma muito específica de ganhar a vida a duras penas, exigindo habilidades particulares e um temperamento especialmente humilde” (Grafton, 2014, p.302, tradução nossa)¹. Observou-se a configuração de um novo comportamento por parte do revisor, que passou a evitar realizar grandes intervenções nos textos. Os seus antecessores, no entanto, chegavam mesmo a reescrever longos trechos. Disso decorreu que passaram a ser atribuídas ao bom revisor novas características (e funções, consequentemente). O profissional seria considerado melhor quanto mais demonstrasse características como subordinação e cujo trabalho resultasse invisível para os leitores.

É interessante notar que os traços valorizados no profissional revisor coincidem com aqueles que são frequentemente atribuídos à feminilidade: humildade, subordinação, zelo... características que remetem, em última instância, a passividade e a práticas de silenciamento. Ao mesmo tempo, correndo o risco de incorrer em anacronismo, tendo em vista o exposto, o ofício parece ser dotado há tempos de certo grau de precarização, ou ao menos de informalização. Aqui, vale lembrar que, conforme Abílio (2014), “as ocupações femininas se constituem, historicamente, sobre o que poderíamos denominar ‘polivalência precária’”. Federici (2025) também alerta para o fato de que as mulheres sempre trabalharam, desde que não ocupassem lugares consagrados à posição masculina. A elas estavam reservadas profissões pouco lucrativas e socialmente desvalorizadas.

Assim, não é difícil compreender que, com a chegada do setor de serviços, a profissão tenha se tornado tipicamente feminina, tal qual outras tantas precárias e vistas sob a perspectiva do zelo e da passividade como características inerentes e indispensáveis. Afinal, esse setor absorveu a mão de obra feminina sob a condição de oferecer salários muito menores do que aqueles que eram pagos ao operário clássico do fordismo (Antunes, 2015).

Neste ponto, recobramos os desenvolvimentos teóricos de Modesto (2018), que

1 No original: “[...] la corrección se convirtió en una forma muy específica de ganarse la vida a duras penas, una que requería habilidades particulares y un especial temperamento humilde”.

ressalta que a interpelação afeta a todos, diferenciando-os. Embora o autor estivesse fazendo referência à questão racial, cremos — sem supor que gênero e raça possam ser equiparados — que a proposta possa ser expandida para pensar o feminino como um lugar específico de interpelação, especialmente no mundo do trabalho. Afinal, conforme Abílio (2014), “[...] características que hoje definem a flexibilização há muito são constitutivas das ocupações desempenhadas pelas mulheres.”

Para o âmbito deste trabalho, interessa-nos particularmente pensar o gênero enquanto condição de produção do discurso de revisoras sobre o trabalho que desempenham e o lugar de entrecruzamento que ele parece estabelecer com o discurso neoliberal, que interpela o indivíduo em sujeito a partir de características que há muito tempo fazem parte do processo de interpelação de indivíduos do sexo feminino em sujeitos mulheres. Nesse sentido, talvez seja possível pensar que, se o Neoliberalismo, conforme propõe Abílio (2014), espraia condições de trabalho tipicamente femininas, ele também reforça um discurso que há tempos se impõe como aquilo que define o que é uma mulher: obediente, passiva, cuidadosa, multifuncional, flexível, resiliente...

Nesse contexto, poderíamos afirmar que os efeitos da subjetivação neoliberal são potencializados no processo de interpelação de mulheres? E, em se tratando de uma interpelação que reforça características como resiliência e passividade, práticas de resistência são neutralizadas? Há confrontação do discurso neoliberal em uma prática predominantemente feminina? Como ocorre a resistência nesse lugar particular de entrecruzamento de subordinações? Afinal, se, por um lado, “[...] a ideologia faz com que o interpelado sempre se reconheça na interpelação” (Modesto, 2018, p.133), por outro, conforme Pêcheux (2014 [1975], p.281) já sinalizava, “não há dominação sem resistência”. Complementamos que isso se deve ao fato de que não há história estanque nem ideologia eterna.

Subjetivação e discurso neoliberal: o que a Análise do Discurso tem a dizer?

No que concerne à ideologia neoliberal, é possível dizer que ela interpela os indivíduos em sujeitos que precisam autogerir o seu capital humano para aproveitar da melhor forma todas as suas potencialidades; afinal, eles são responsáveis individualmente por todas as suas conquistas, assim como por seus fracassos, que não são remetidos à estrutura social. Na medida em que os sujeitos

são sujeitos de discurso, temos que este é um dos modos de existência da ideologia. É por isso que, nas formulações de Pêcheux (2014 [1975]), os sujeitos estão submetidos a formações discursivas que, por sua vez, estão ancoradas em formações ideológicas. Logo, o processo de interpelação/identificação do sujeito pela formação ideológica neoliberal deixa as suas marcas no discurso, aspecto que nos interessa analisar neste trabalho.

Se, para Pêcheux (1990 [1982]), a ideologia jurídica produz o efeito de paz social, por meio do escamoteamento de conflitos sociais, na medida em que, sendo sujeitos de direito, todos são iguais, talvez seja plausível pensar que o discurso neoliberal leve esse efeito ideológico às últimas consequências, quando faz crer que, se houver vontade, haverá espaço para a mobilidade social. Todos, podem, afinal, empreender, independentemente de sua classe e de suas disposições materiais. Apaga-se, enfim, a ideia de classe. Se há embaralhamento quanto à ideia de classe, como se alcança a consciência de classe? Mais que isso, como pensar formas de enfrentamento ao discurso dominante?

Para compreender esse aspecto, devemos retomar Pêcheux (2014 [1975]), que já sinalizava que nenhuma interpelação se concretiza sem falhas; logo, os sujeitos não são integralmente “absorvidos” por determinada formação ideológica. No processo de constituição subjetiva, há brechas para questionamentos, críticas e resistência. As proposições de Ludmila Abílio (2020a, 2021) parecem apontar para esse lugar, uma vez que partem do princípio de que, a despeito da propagação dos mantras neoliberais e de sua eficácia, os trabalhadores nem sempre encarnam a figura do empreendedor de si. O trabalho autônomo, muitas vezes, é uma forma de sobrevivência em um mundo de desamparo, em que nada está garantido. Não necessariamente o “empreendedorismo” é realizado sem questionamento ou pelo desejo de ser “chefe de si mesmo”.

Considerando a realidade brasileira, especialmente de parcela considerável dos trabalhadores, que historicamente — e estruturalmente — estão à margem dos vínculos formais de emprego, a autora demonstra em suas pesquisas que, embora eles sejam acometidos pela ideologia neoliberal em alguma medida, não estão completamente desavisados quanto aos malefícios dos regimes de trabalho contemporâneos. Contudo, o desemprego generalizado e o mercado estruturalmente desigual os empurram para contextos de trabalho precários. Essa

discussão requer pensar que, mesmo entre empregados celetistas, há uma divisão clara entre quem usufrui de boas condições laborais e aqueles que estão submetidos à remuneração mínima exigida por lei, às mais diversas formas de humilhação e às atividades menos valorizadas socialmente. No Brasil, a constituição da CLT assimilou muitas das desigualdades provocadas pelo processo de escravização, por exemplo (Kowarick, 1987).

Mesmo Dardot e Laval (2016), proponentes da ideia de racionalidade Neoliberal, que faz referência a uma subjetividade forjada no seio desse modelo, admitem que, apenas pela via do convencimento, ele não seria capaz de angariar tamanha legitimidade e hegemonia, ou seja, sem desconsiderarmos a identificação ideológica, precisamos considerar as condições concretas que forçam os trabalhadores a se submeterem a relações de trabalho aviltantes ou a atuar como autônomos, assumindo todos os riscos de sua atividade profissional, para conseguir uma fonte de renda em meio ao desemprego.

De nossa parte, sem negar que a concorrência e o individualismo, por exemplo, tenham efeito sobre as relações e práticas subjetivas, não podemos concordar que todos os trabalhadores que assumem os riscos de sua atividade o façam apenas por questões ideológicas. Ao verificarmos que o Neoliberalismo precisou instaurar condições concretas para disseminar o medo social e empurrar os trabalhadores para a precarização, torna-se perigoso acreditar que todos os trabalhadores são interpelados/identificados da mesma maneira e que não há, entre eles, quem seja capaz de perceber problemas no contexto de trabalho que vivenciam. Isso não significa, é claro, que todo trabalhador tenha, inerentemente, consciência de classe ou que seja capaz de romper de vez com a formação discursiva (FD) neoliberal. Mas, apoiados na AD, defendemos que há, no interior desta, conflitos e contradições, germes de uma possível ruptura.

O conceito de “empreendedor de si”, tal como proposto por Dardot e Laval (2016), parece pressupor a plena identificação dos trabalhadores com o discurso neoliberal. Abílio (2020a, 2021a), por sua vez, partindo de outra perspectiva, cunhou, em oposição, o termo “autogerenciamento subordinado” para dizer daqueles que, embora arquem com os custos e riscos de suas ocupações profissionais, não ditam as regras do jogo nem são movidos pelo desejo de serem chefes de si.

Frente ao exposto até aqui, buscaremos, na análise, verificar a partir de qual

posição-sujeito as(os) revisoras(es) significam a sua prática profissional. Em última instância, analisaremos como se posicionam em relação à FD neoliberal: por meio de uma aderência plena (ainda que imaginária)? De conflitos e divergências? De ruptura? Para isso, consideraremos, tal como propõe Pêcheux (2014 [1975]), que a subjetivação pode ocorrer de diferentes formas: por meio de identificação, de contraidentificação e de desidentificação. Para explicar as diferentes modalidades de subjetivação, precisamos retomar conceitos fundamentais elaborados no âmbito da AD, tais como formação discursiva, formação ideológica, forma-sujeito e posição-sujeito, o que nos permite compreender por que os sentidos das palavras não são fixos.

Conforme Pêcheux (2014 [1975]), é por meio da ideologia que o indivíduo se torna sujeito, e ele é sempre já sujeito porque está desde sempre inscrito no simbólico, de modo que não há sujeito fora da ideologia. Inscritos no simbólico, eles são sujeitos de discurso, que, por sua vez, tem caráter material, já que é constituído em meio às disputas ideológicas de determinada formação social. Dito de outro modo, a formação social é composta por formações ideológicas de caráter histórico, formadas em determinada condição concreta de existência. As formações ideológicas são constituídas por uma ou mais formações discursivas (FD), que, por sua vez, são “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* [...]” (Pêcheux, 2014 [1975], p.147, grifos do autor). As FD, segundo Pêcheux (2014 [1975]), representam na linguagem as formações ideológicas em que estão inscritas. É por meio delas, portanto, que os indivíduos são interpelados em sujeito de discurso. Isso explica por que “trabalho”, por exemplo, significa de formas diferentes para sujeitos distintos. É no interior da FD que as palavras adquirem significado.

Enquanto um domínio de saber, cada FD tem um sujeito do saber, o Sujeito, equivalente ao conjunto de saberes legitimados naquela FD. É a isso que chamamos de forma-sujeito. Em um primeiro momento, a FD é pensada por Pêcheux como algo fechado e homogêneo. Como consequência, ele postulava a unicidade da forma-sujeito, propondo que ocorria superposição entre a forma-sujeito e a posição-sujeito, em um processo de identificação plena.

Em uma segunda fase, porém, o filósofo francês definiu que a unicidade do

sujeito existia apenas enquanto efeito imaginário produzido pela interpelação, já que esse processo não pode acontecer sem falha. Disso decorrem deslocamentos no interior da teoria do sujeito da AD materialista. Indursky (2008) explica que uma primeira consequência dessas reelaborações é o fato de que novas modalidades de subjetivação são propostas. Definidos como bom e mau sujeito, Pêcheux (2014 [1975]) relaciona o primeiro caso à ideia de identificação, e o segundo à contraidentificação e à desidentificação. Disso decorre que o sujeito pode tomar uma posição de contraposição à forma-sujeito. A unicidade desta, por sua vez, só existe, como mencionamos, enquanto efeito-sujeito de unidade. A identificação plena, portanto, é da ordem do imaginário, efeito ideológico.

Se não há unicidade da forma-sujeito, o sujeito pode se identificar com ela de diferentes formas, inclusive por meio de ruptura. Na contraidentificação, o sujeito toma uma posição de contraposição à forma-sujeito da FD a partir da qual é interpelado. Já não há, assim, identificação completa, mas parcial, de modo que se instaura a divergência na FD. Resumidamente, tal como propõe Indursky (2008), diríamos que o processo de contraidentificação ocorre por uma falha no ritual de interpelação em decorrência do encontro do sujeito com a linguagem e com a história, produzindo heterogeneidade na FD. Dessa heterogeneidade podemos tirar como consequência que o sujeito não se contraidentifica da forma-sujeito como um todo, mas se afasta de determinados saberes dela provenientes.

Enquanto nessa segunda modalidade de subjetivação o sujeito contrapõe a FD ainda interpelado por ela, na desidentificação, os sentidos são desestabilizados de tal modo que o sujeito provoca uma ruptura em relação a ela. Como não há sujeito fora da ideologia, a desidentificação em relação a uma FD é marcada pela identificação em relação a outra. Aqui, lembramos que, para Pêcheux (2014 [1975]), embora haja, em cada momento histórico, uma FD dominante, outras convivem com ela, formando o todo complexo com dominante das formações discursivas.

Segundo Indursky (2008), as três modalidades de subjetivação propostas por Pêcheux, com o tempo, foram se mostrando insuficientes, porque há outras formas de identificação possíveis. A partir dessa percepção, a autora propõe reelaborações que simbolizam um avanço no quadro teórico. Para ela, à forma-sujeito fragmentada corresponde uma FD porosa, aberta à influência de outros

domínios do saber. Desse modo, ela afirma que a forma-sujeito se divide em diferentes posições-sujeito, ou seja, em diferentes tomadas de posição em relação à FD e, em última instância, à formação ideológica. A posição-sujeito que se superpõe à forma-sujeito da FD é chamada por Indursky (2008) de posição-sujeito dominante. Quanto às outras posições-sujeito, há um distanciamento em diferentes graus da posição-sujeito dominante. Entre todas as posições-sujeito dissidentes, há um aspecto que as conecta, já que elas estão inscritas na mesma FD.

No que concerne ao processo de desidentificação, Indursky (2008) considera que há aquele em que o sujeito passa de uma FD a outra, mas há também aquele, mais raro que o primeiro, em que uma nova FD — e, como consequência, um novo sujeito histórico — é produzida. Dessa forma, podemos concluir que o sujeito da AD não é livre, haja vista o seu assujeitamento, mas dispõe de alguma margem de movimentação.

Em relação à nossa análise, embora Dardot e Laval (2016) e Abílio (2020a, 2021) não estejam preocupados diretamente com a dimensão discursiva, consideramos que a descrição dos autores franceses acerca do sujeito neoliberal parece dar conta de um processo de identificação plena com o discurso neoliberal, enquanto a noção de autogerenciamento subordinado abarca contradições na forma como os sujeitos se posicionam em relação ao Neoliberalismo. Nesse sentido, consideraremos que o conceito de “empreendedor de si” corresponde à posição-sujeito dominante da FD neoliberal, enquanto o “autogerente subordinado” equivale a uma posição-sujeito constituída por meio do processo de contraidentificação.

"É urgente o aumento do valor da revisão": identificação, contraidentificação e resistência ao discurso neoliberal

Em um questionário² aplicado a revisoras(es) de texto, buscávamos mapear aspectos relativos às suas condições de trabalho, a fim de verificar estatisticamente os graus de precarização a que estavam submetidas(os). Algumas das questões eram complementadas por outra que dava espaço para que os sujeitos participantes, caso desejassem, explicassem de forma discursiva o tópico discutido. São essas respostas que constituem o arquivo deste artigo.

² No dia 20 de dezembro de 2024, o projeto que tramitava no Comitê de Ética do CEFET/MG sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 83603224.6.0000.8507 foi aprovado.

Em determinado ponto, questionamos sobre eventuais doenças decorrentes do trabalho com revisão e elencamos diversas alternativas, entre as quais estava “outra”, em que a pessoa deveria especificar patologias não mencionadas. Um dos sujeitos respondentes assinalou essa opção e especificou da seguinte forma:

Burnout e depressão por excesso de trabalho, visto que os valores estão completamente defasados e temos que lidar hoje com uma carga muito maior de trabalho para poder fechar as contas do mês. (sujeito 15)³

Um primeiro aspecto a ser destacado é que uma das opções de resposta era “doenças psíquicas”. A especificação de duas doenças dessa ordem não significa desconhecimento do sujeito quanto à classificação da patologia, o que fica mais claro quando observamos o complemento “por excesso de trabalho”. Aliás, esse complemento pode ser entendido como uma ênfase quando é referido a “burnout”, classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma síndrome decorrente do excesso de trabalho, razão pela qual, em sua tradução para o português, é conhecida como síndrome do esgotamento. A depressão, por sua vez, é categorizada em diferentes tipos, mas nenhum abarca o âmbito laboral.

Seja porque reforça o caráter laboral do burnout, seja porque atribui caráter ocupacional, aparentemente inexistente em termos médicos, à depressão, notamos um deslizamento de sentido. Ao marcar a origem social dos problemas psíquicos, o sujeito recusa o discurso médico da individualização do adoecimento. Aliás, vale mencionar que, em diversos processos trabalhistas que visam a configuração de nexo causal entre as condições laborais e o adoecimento psíquico, as empresas utilizam como argumento na Contestação a ideia de que, embora o burnout surja no ambiente de trabalho, ele não necessariamente decorre de negligência do empregador, mas da forma como o funcionário lida com o seu cotidiano profissional. Em última instância, ele é o responsável pelo problema que o acomete.

No caso em análise, as doenças psíquicas, mesmo aquela que não é vinculada, pela conceituação médica, ao contexto ocupacional, são tratadas pelo sujeito como uma reação não apenas ao excesso de trabalho, mas a um excesso de trabalho motivado pela defasagem (completa!) dos valores pagos aos profissionais da área. São remetidas, portanto, ao contexto de precarização

³ Para manter o anonimato dos sujeitos participantes, optamos por identificá-los por meio da ordem em que aparecem na planilha onde as respostas ao questionário foram dispostas. Todos os destaques no *corpus* são nossos.

do trabalho contemporâneo, o que pode ser notado por meio da expressão “hoje” e da expressão comparativa “muito maior” para se referir à carga de trabalho. Embora não seja possível identificar exatamente com qual período histórico ela compara as condições laborais atuais, é possível notar que atribui à atualidade um caráter de intensificação da carga de trabalho. A noção de resistência ao discurso neoliberal pode ser ratificada se retomamos o fato de que, nele, a saúde compõe o capital humano do qual o sujeito deve cuidar.

A ideia de um problema que é coletivo se reforça quando, ao explicar o motivo das doenças que a acometem, usa o termo “temos”, englobando outros revisores nesse contexto de trabalho. É importante mencionarmos que, na tese de onde provém o *corpus*, verificamos que o cerne da precarização da atividade revisão de textos é justamente a relação entre renda e jornada, que são inversamente proporcionais em termos de adequação: para auferir renda adequada, a jornada é extensa; se a jornada é adequada, a renda é insuficiente, apontando para os baixos valores pagos pelos serviços.

A ideologia neoliberal propaga a ideia de que, com esforço, alcança-se sucesso profissional — “trabalhe enquanto eles dormem” demonstra esse lema, além da lógica concorrencial. Não à toa, é comum, hoje, o compartilhamento nas redes sociais de fotos em que as pessoas demonstram a jornada de trabalho iniciando cedo e terminando tarde, muito associadas a frases como “depois ainda dirão que foi sorte”. Na perspectiva de Dardot e Laval, pressupondo plena identificação do sujeito com o discurso neoliberal, o excesso de trabalho não é compreendido como oneroso pelo trabalhador, porque ele já não se identifica nesse lugar, mas sim como chefe de si mesmo. Toda dedicação, portanto, retorna para si como “lucro”.

Na sequência discursiva (SD) analisada, não é possível falar em identificação plena com o discurso neoliberal, já que, além de apontar para as causas sociais do adoecimento, o sujeito deixa implícita a ideia de necessidade (“temos que lidar”). Não se trata do desejo de alcançar sucesso por meio do esforço, mas da imposição colocada pelo mercado para que se trabalhe muito para “fechar as contas do mês”, expressão que pode ser colocada em cadeia parafrástica com “não ficar no vermelho”, “manter as contas em dia”, “arcar com as despesas mensais”, “cumprir as obrigações financeiras”. “Contas mensais” não remetem a acúmulo, a lucro, portanto, mas a subsistência. Isso coaduna com o que Abílio

(2020b) aponta sobre o fato de que a jornada, nos modelos flexíveis de produção, é definida com base no quanto o trabalhador precisa para “fechar o mês”, o que implica autogerenciamento, já que esse limite é estipulado pelo trabalhador, mas subordinado, pois os valores dos serviços são impostos pelo mercado. A partir disso, entrevemos que se trata de um trabalhador autônomo, cuja renda oscila conforme a jornada.

O sujeito, portanto, não assume a posição-sujeito “empreendedor de si”, mas “autogerente subordinado”. Logo, não podemos falar em identificação com o discurso neoliberal. Contudo, também não há indícios de desidentificação, porque há certa naturalização da situação: é assim por causa do mercado. Ademais, embora o adoecimento se mostre uma forma de resistir às condições de trabalho degradantes, em última instância, é o próprio sujeito que lida com as consequências desse processo, e não o mercado, já que, em se tratando de profissional autônomo, sua renda depende do trabalho, que pode ser interrompido pelas patologias. Compreendemos estar diante, portanto, de um processo de contraidentificação, em que a FD neoliberal se heterogeneíza por influência da FD materialista da saúde do trabalhador.

A questão do adoecimento como resposta a condições de trabalho aviltantes reaparece quando perguntamos sobre as estratégias adotadas para lidar com a sazonalidade na revisão de textos:

Peço à minha neurologista um reforço nos meus remédios para depressão e ansiedade para conseguir passar por essa baixa. Além disso, posso contar com ajuda financeira familiar caso a situação fique muito difícil por um tempo. (sujeito 17)

Aqui, mais que o adoecimento, destacamos o uso de medicação como “anestesia” de problemas sociais. O uso de “reforço” e “meus remédios” sinaliza que a medicalização é contínua e antecede períodos de “baixa” nos serviços. Mais uma vez, não há adesão aos mantras empreendedoristas. Se não podemos falar em identificação, também não podemos afirmar que há desidentificação, porque, novamente, naturaliza-se a situação, como se dissesse: “é assim e eu preciso lidar, porque nada pode ser feito”. Não encontramos o sujeito resiliente do empreendedorismo, mas resignado, nem aquele que cuida de seu capital humano. O adoecimento escancara as mazelas do modelo e funciona como denúncia da precarização, mas, ainda assim, funciona a partir da FD neoliberal.

A FD a partir da qual se confronta a FD dominante continua sendo, ao que nos parece, a do campo da saúde do trabalhador, que assume que más condições laborais produzem adoecimento.

Ao longo do *corpus*, o tom de lamentação resignada se apresenta como uma regularidade, mesmo em SDs que podem ser lidas como denúncias da precarização ou uma espécie de palavra de ordem rumo a melhores condições. Esse tipo de enunciado apareceu com frequência quando disponibilizamos um espaço para que, quem desejasse, comentasse aspectos relevantes sobre o tema das condições de trabalho não abordados no questionário. Os mesmos sujeitos respondentes (15 e 17) deixam comentários que, em tom de desabafo, reforçam a queixa anterior acerca dos baixos valores praticados no campo editorial. Agora, elas apontam para aspectos internos a esse campo.

No caso do sujeito 15, é estabelecida uma comparação entre os valores financeiro e simbólico (“valem a pena do ponto de vista financeiro”/“costumam trabalhar com materiais muito ruins” x “editoras maravilhosas do ponto de vista da produção”/“seguem presas há tabelas defasadas de valor”) dos materiais, acompanhada de palavras (“desanimador”, “infelizmente”) que demonstram descontentamento com o cenário, ao qual se atribui um caráter progressivo e contemporâneo (“cada vez mais”). Do ponto de vista analítico, gostaríamos de enfatizar que, ao apontar os baixos valores pagos pelas empresas que produzem bons materiais editoriais, ameniza-se a denúncia quando “até pela” vem introduzir uma explicação de quem compreende as razões das empresas, que também enfrentam dificuldades financeiras. Tais empresas, aliás, são caracterizadas como clientes, o que implica relação comercial entre empresas, e não trabalhista.

Acho desanimador perceber cada vez mais que os clientes que valem a pena do ponto de vista financeiro são agências de comunicação e publicidade, que, infelizmente, costumam trabalhar com materiais muito ruins e que não me atraem em nada. Trabalho para editoras maravilhosas do ponto de vista da produção [...] ⁴, mas que seguem presas a tabelas defasadas de valor, até pelas próprias dificuldades financeiras que enfrentam. (sujeito 15)

É retomada, na SD acima, uma memória discursiva que alimenta a contraposição entre qualidade editorial e ganho financeiro, como se produtos

4 Os nomes das empresas foram ocultados a pedido da(o) respondente, mas todas são editoras de médio/grande porte institucional ou que se consideram independentes, de renome nos segmentos literários, cultural e político.

culturais de qualidade nunca implicassem ganho financeiro. Sabemos que a condição de editoras brasileiras não está entre as mais favoráveis e que o setor não é o mais lucrativo. Contudo, embora nenhuma das empresas mencionadas sejam conglomerado, algumas delas têm porte grande e estão estabelecidas há décadas. Muniz Jr. (2010), ao analisar o surgimento dos oligopólios no campo editorial brasileiro e as condições de trabalho dos profissionais do texto no contexto de reestruturação produtiva, demonstra que as editoras de pequeno porte muitas vezes se apropriam de políticas de preço instauradas pelas médias e grandes empresas, o que inclui a diminuição de custos (entre os quais a remuneração de trabalhadores) para aumentarem o seu potencial competitivo. Se isso faz lembrar as reclamações de empresários (não pequenos “empreendedores”) brasileiros acerca dos altos encargos pagos na manutenção de um funcionário celetista, não é mera coincidência! Não nos esqueçamos de que o Neoliberalismo se firma pela via da contestação dos direitos trabalhistas e pela implementação de contratos flexíveis. É por essa razão que, apesar do tom de insatisfação, a denúncia das más condições é atenuada pela explicação dos motivos que levam aos baixos valores, demonstrando pontos de identificação com o discurso neoliberal. Verificamos, portanto, uma subjetividade que se forma por meio da identificação em relação à FD neoliberal. Ainda que apareçam alguns descontentamentos em relação a ela, não identificamos a sua contraposição por meio de outra FD. O sujeito respondente menciona aspectos que constituem a precarização, mas não o definem a partir desse significado. Trata-se da forma como o mercado funciona.

Uma coisa que me incomoda muito é a pouca abertura das empresas (editoras e bureaus, estúdios etc.) para negociar valores. Há tabelas desatualizadas há anos! Há empresas que pagam muito pouco, especialmente editoras do mercado literário (nos didáticos é um pouco melhor). Infelizmente muitas vezes precisamos aceitar baixos valores porque temos contas a pagar e o mês foi ruim ou algo do tipo. Mas é cada absurdo que a gente vê. Além disso, sinto que muitos não querem contratar revisores mais experientes para trabalhos fixos, pois não estão dispostos a pagar o que nossa experiência vale. Querem pagar pouco, muitas vezes em regime CLT, o que nos força a cair na pejotização para ter um salário fixo, apesar da falta de direitos trabalhistas. (sujeito 17)

Ainda sobre o incômodo em relação aos valores pagos pelas editoras, é interessante notar em que termos ele aparece na SD acima. A ideia de “abertura

para negociar” remete ao discurso neoliberal das possibilidades oferecidas pela flexibilização de contratos, em que o empregado passa a ter a chance de negociar melhor com o patrão, ou, no caso, o prestador de serviços pode negociar melhor com o contratante. De imediato, notamos que a realidade da possibilidade de negociar não chega a existir, já que às empresas é atribuída “pouca abertura”. Apesar do emprego de “negociar”, em momento algum observamos igualdade de condições entre trabalhador e empresa, o que pode ser notado pelo uso de “precisamos aceitar baixos valores”. Baixos valores, portanto, constituem não a prática de uma editora, mas a política do mercado editorial. Quem revisa, por sua vez, está submetido a essa imposição, ainda que com incômodo. Mais uma vez, aparece uma voz coletiva que fala em nome da categoria de revisores.

Ao mesmo tempo em que fala a partir desse lugar de quem se vê em condições de negociar com a editora, identificando-se, neste ponto, com o discurso neoliberal, o sujeito respondente assume também um discurso trabalhista entrevisto em diversos pontos. De formas distintas, ele aponta para a precarização do setor. Um desses vestígios é a referência a quanto as empresas pagam pelos serviços. Embora especifique que algumas pagam muito pouco, fazendo referência ao segmento literário, o parêntese não indica condição muito melhor. Não há qualquer referência a esferas que paguem bem, mas apenas um pouco melhor, em comparação com o que é muito ruim.

Em outro momento, estabelece uma relação entre as situações de quem tem experiência e de quem não tem, demonstrando as suas impressões (“sinto que”) sobre o mercado editorial: não contratam revisores experientes para trabalhos fixos, porque “querem pagar pouco”. A SD denuncia, assim, como a concorrência tem sido instaurada a partir de práticas de mercado, levando à diminuição dos preços. Outra consequência é a multiplicidade de regimes de trabalho no setor (ou mesmo a adoção de práticas que visam burlar a CLT). Aliás, a denúncia se direciona inclusive ao regime celetista, pois demonstra que, quando ele é adotado, as empresas pagam pouco, medida que **“nos força a cair na pejotização** para ter um salário fixo, **apesar** da falta de direitos trabalhistas.” Perder direitos trabalhistas aparece como a consequência da ação necessária para obter uma renda maior: cair na pejotização. O uso de “nos força a cair” merece ênfase. Além de,

novamente, incluir a categoria de revisores, ou ao menos parte dela, sinaliza que a adesão à pejotização não se trata de uma escolha. Curioso notar que a construção “somos empurrados” poderia ter sido utilizada e parece mais usual. “Nos força a cair”, contudo, cria outro efeito de sentido, porque demonstra, simultaneamente, um agente externo e uma ação própria. Os revisores caem na pejotização, mas porque algo (ou alguéns) os força a isso. Vale salientar que “cair” em algo passa ao largo de denotar desejo, estando mais próximo da ideia de um acidente, de algo não planejado. Soma-se a isso o acento depreciativo de “pejotização”, que reforça o sentido de precariedade. Diferentemente da SD anterior, aqui, não se trata de uma dinâmica normal do mercado, mas de um processo provocado pela ação das empresas.

A FD trabalhista se faz ainda mais presente quando, implicitamente, observamos a denúncia de que a pejotização burla a CLT, porque provê salário fixo, mas não garante direitos trabalhistas. Se os revisores estão submetidos a essa configuração de mercado, é porque têm “contas a pagar”, mas a insatisfação é denotada em diversos usos. Para além de todas as expressões que demonstram falta de alternativa, “incomoda” e “infelizmente” realçam a ideia de descontentamento, e a oração adversativa “Mas é cada absurdo que a gente vê”, usada após afirmar que muitas vezes as(os) revisoras(es) precisam aceitar baixos valores, demonstra que prevalece a visão de que o cenário é absurdo. Talvez essa SD seja o caso mais emblemático do que estamos considerando uma posição-sujeito de autogestor subordinado, constituída, portanto, a partir da contraidentificação à FD dominante.

A FD trabalhista, aliás, parece ser a que mais rompe os limites da FD dominante, compondo a subjetividade de diferentes respondentes. Além disso, ela constitui um dos poucos processos de desidentificação que verificamos, como podemos notar abaixo:

Faço parte de uma equipe interna de revisão em uma empresa de consultoria ambiental. Apesar de receber um valor fixo por mês e de receber cobranças em relação ao horário de trabalho, sou contratada como PJ. (sujeito 79)

Inicialmente, o sujeito explicita o contexto de trabalho (equipe de revisão de uma empresa de consultoria ambiental) e, em seguida, elenca características desse contrato (recebe valor fixo por mês e tem cobranças em relação ao

horário de trabalho). Essa explicação, contudo, é introduzida por uma conjunção concessiva, que marca uma tensão com o que vem depois, antecipando que os elementos do contrato mencionados deveriam configurar um obstáculo para a conclusão expressa na oração principal (que, em termos semânticos, é a mais importante, porque é o sentido que prevalece): “sou contratada como PJ”. A oração concessiva expõe um sujeito que sabe estar diante de uma fraude contratual, porque controle de jornada e salário caracterizam o regime celetista. Contudo, ao ser contratado como pessoa jurídica, o sujeito não usufrui de direitos que também caracterizam a CLT. Interessante observar que ser “contratada como” PJ é diferente de “sou PJ”. Reforça-se, nessa construção, a ideia de fraude contratual (CLT contratado como se fosse PJ). Esse discurso, que também aparece na última pergunta do questionário, pode ser lido como uma espécie de depoimento-denúncia que em nada se identifica com a FD dominante, embora a pessoa esteja inserida socialmente em uma estrutura neoliberal.

Existe uma invasão da profissão por profissionais das áreas mais diversas, o que sucateia o mercado, promovendo um verdadeiro leilão de quem cobra menos. Por outro lado, a recente popularização do uso de IAs gerou uma ilusão de que não é preciso contratar revisores. Tenho percebido esses dois como os principais fatores para o declínio tanto de procura quanto para os valores pagos nesse mercado desde a época da pandemia. Fora isso, temos a crescente extinção dos meios escritos físicos, como jornais e revistas, e migração para os meios digitais. Infelizmente, no meio digital, há pouco interesse de revisão e percebemos a enxurrada de inadequações gramaticais e textuais. Uma tristeza! (sujeito 47)

A SD acima toma como dado o declínio tanto de procura quanto de valores pagos no campo revisão desde a pandemia. Esse marco merece atenção, já que, para a Sociologia do Trabalho, o período pandêmico agudizou a precarização que já estava em curso. Ela também aponta para um elemento que se conformou como ponto de disputa nessa atividade, qual seja, a legislação sobre quem pode ser revisor (até hoje, o campo está aberto a quem desejar entrar). Interessante notar que, mesmo a atividade sendo desregulamentada, o sujeito respondente usa a palavra “invasão da profissão”, o que pressupõe a existência de limites — barreiras, até! Pressupõe, ainda, uma diferenciação entre quem está no interior — quem tem autorização para estar — e no exterior — estrangeiro que precisa invadir. Isso remete ao discurso de apoio à regulamentação profissional, proveniente da FD jurídica. Nesse sentido, não

apenas a regulamentação é medida necessária, como também a sua ausência é a razão primeira de sucateamento do mercado. A FD jurídica, no que concerne à regulamentação, confronta a FD neoliberal, já que esta pressupõe desregulamentações de todos os tipos e intervenção mínima do Estado. Ademais, o discurso da regulamentação costuma ser assimilado na FD trabalhista, a fim de defender a proteção dos trabalhadores.

Curioso notar que não são os “invasores” que provocam o sucateamento, mas a invasão, discurso que podemos remeter à concorrência desenfreada, tal como o neoliberalismo deseja, sem regulamentação do mercado. Um excesso de profissionais (muitos dos quais, inclusive, despreparados para a atividade) tende a reduzir os valores dos serviços. Não à toa, ao mencionar os efeitos da “invasão”, fala-se em sucatear. Interessante considerar que sucata é, justamente, resíduo que, inutilizável para outros fins, é usado como matéria-prima para fabricar outro produto. Esse efeito de sentido se reforça a partir do emprego de “leilão de quem cobra menos”. O leilão às avessas mencionado pelo sujeito respondente, regido por quem cobra menos, e não por quem paga mais, demonstra que o poder de barganha se dá, em última instância, pela concorrência desleal entre os revisores. Não são os clientes disputando para comprar algo valorizado, mas os vendedores de “sucata” brigando para conseguir escoar o seu produto. Interessante notar que, ainda assim, não há culpabilização direta dos revisores, mas da configuração de mercado em que eles estão inseridos.

Soma-se à ideia de concorrência provocada pelo excesso de profissionais o fato de que a inteligência artificial é caracterizada como aquilo que ilude os clientes sobre a desimportância do revisor (e “ilude” marca a posição do respondente em relação à ideia, demonstrando que não acredita na substituição do revisor pela tecnologia), e o meio digital é definido como espaço propenso a inadequações textuais, logo, à ideia de inutilidade desse profissional. Sem adentrarmos na discussão sobre a concepção de revisão envolvida no discurso, fato é que a tecnologia, diferentemente de como é tomada na FD neoliberal, é pensada em termos de como pode intensificar a precarização do trabalho, o que é lamentado (“Infelizmente”; “Uma tristeza!”). Esse discurso provém de formações discursivas de base marxista, como a Sociologia do Trabalho. Portanto, consideramos estarmos diante de um processo de subjetivação por

desidentificação em relação à FD dominante.

Na SD abaixo, é curioso que, ao mesmo tempo em que afirma trabalhar há anos com revisão, menciona que apenas agora está se organizando para transição de carreira. O efeito de sentido criado é a ideia de que a revisão, durante todos os esses anos, foi uma atividade profissional secundária. Em termos analíticos, o que precisa ser destacado é que o processo de transição de carreira para ser revisor(a) em tempo integral não apenas parece ser gradual, como também depende de uma estratégia criada pela(o) profissional (“estou me organizando”). Além disso, se, antes, as respostas podiam ser lidas, muitas vezes, como denúncia-desabafo, aqui, o tom é carregado de culpa por quem, em tom de confissão, decreta que precisa melhorar. O verbo vem entre aspas, o que atenua a ideia de necessidade de aperfeiçoamento, mas não anula. Por fim, o aspecto em que precisa “melhorar” não diz respeito à profissão em si, mas à “divulgação”, sinalizando que a multifuncionalidade é assumida como evidente, como algo que faz parte da atividade do revisor.

Eu trabalho com revisão e tradução há muitos anos, mas apenas recentemente estou me organizando para uma transição de carreira, então preciso "melhorar" em alguns aspectos, como divulgação. (sujeito 31)

Efeitos de sentido semelhantes são encontrados na SD abaixo, em que novamente aparece a ideia de que a organização para viver integralmente da profissão é gradual e requer que a(o) própria(o) profissional planeje, execute e garanta a sua formalização, concretizada, após várias fases, por meio da criação do MEI (“estava me organizando para abrir o MEI, depois de construir uma boa reputação como autônomo”). É o lugar de empresa assumido que permite falar em “abrir um CNPJ” e que implica ter que arcar com a garantia de que terá clientes, demandando a construção de uma boa reputação. Interessante notar que a formalização via MEI, embora seja significada como “avanço”, não culmina necessariamente no objetivo visado (deixar de ter a profissão como fonte de renda complementar). Isso pode ser notado pelo uso de “estou me estabelecendo” e “ainda tenho uma movimentação incipiente de clientes”. “Ainda” aponta para a expectativa de um momento passageiro, para a ideia de que o processo de estabelecimento vai se concluir e de que haverá um momento no futuro em que terá clientes suficientes. Portanto, a posição assumida

é de empresa, mesmo que amparada pelo MEI, e os riscos da atividade são integralmente assumidos pela(o) profissional, indicando um processo de identificação com a FD neoliberal.

[...] senti uma diferença imensa entre trabalhar na informalidade e depois de abrir um CNPJ. Enquanto eu estava me organizando para abrir o MEI, depois de construir uma boa reputação como autônoma, perdi muitas oportunidades de trabalho. Trabalhei a maior parte dos anos fazendo revisão como renda complementar e no momento estou me estabelecendo como revisora e editora em tempo integral, então ainda tenho uma movimentação incipiente de clientes. Mas oportunidades bem diferentes do que existiam antes surgiram pra mim, o que já vejo como um avanço. (sujeito 87)

Prevalecem, enfim, processos de identificação e contraidentificação. Em todos os casos, mesmo quando os sujeitos respondentes não entram em conflito com a FD dominante, há insatisfação com as condições de trabalho criadas a partir do Neoliberalismo. Nesse sentido, a SD abaixo resume o tom de descontentamento predominante, funcionando como uma espécie de palavra de ordem coletiva, uma bandeira levantada pelos revisores: contraria-se a lógica de desregulamentação de mercado, em que cada um cobra como e quanto quiser, porque está implícita a ideia de que o valor atribuído à revisão como um todo deve melhorar. E valor remete tanto a dinheiro quanto a capital simbólico, ambos atrelados, como vimos, ao sucateamento da profissão. Resta saber quem se responsabilizará por esse aumento, o que também parece ser uma questão para os profissionais, que se sabem insatisfeitos, mas não se colocam na origem de processos reivindicatórios e transformadores. Nesse sentido, “o aumento do valor da revisão” se autonomiza, sendo o próprio sujeito da mudança: “É urgente o aumento do valor da revisão” (sujeito 20).

A título de conclusão

As análises empreendidas demonstraram que, tal como propunha Pêcheux (2014 [1975]), não há dominação sem resistência, mesmo quando a FD dominante se impõe de maneira tão naturalizada. Identificamos, a partir das SDs, processos de contraidentificação e, ainda que em menor quantidade, de desidentificação. Mesmo em relação aos processos de identificação, em alguns casos, verificamos incômodos, por exemplo, referentes aos valores pagos no mercado editorial.

Precisamos destacar que, quanto às posições-sujeito que se colocam em

conflito ou em condição de ruptura com a FD neoliberal, todas o fazem a partir das seguintes FDs: trabalhista, que aparece com a maior frequência; da Sociologia do Trabalho e da Saúde do Trabalhador, também bastante presentes; e jurídica, mas assimilada, em última instância, pela trabalhista. Dois aspectos merecem ser enfatizados a esse respeito. No que concerne às FDs da Sociologia do Trabalho e da Saúde do Trabalhador, consideramos importante salientar que ambas são, em alguma medida, provenientes do campo acadêmico. Embora os discursos circulem socialmente e se espalhem nas mais diversas instâncias, supomos que a incidência desses discursos sobre a formação subjetiva das(os) revisoras(es) possa ter relação com o caráter intelectual da profissão.

Além disso, muito se fala, hoje, sobre a recusa dos trabalhadores à CLT, motivados pelas promessas de liberdade e flexibilização que permeiam o discurso neoliberal. Neste artigo, observamos que, embora existam pontos de identificação com esse ideal, a FD trabalhista ainda detém grande força, mostrando-se a principal frente de confronto aos modelos de acumulação flexível. O regime celetista só é colocado em xeque quando se demonstra que ele também foi acometido pela precarização e não assimila toda a mão de obra disponível, tampouco sob as mesmas condições. Ademais, os sujeitos contraidentificados com a FD neoliberal demonstram muito fortemente as imposições sociais que os levam a assumir a condição de autônomos, e em nenhum deles o ponto de identificação com a FD dominante é o desejo de ser livre ou chefe de si mesmo. Nesse sentido, a noção de autogerenciamento subordinado consegue abarcar a complexidade da formação social.

Se, inicialmente, a FD neoliberal dispunha de certa estabilidade, hoje, ela se mostra heterogênea. Ao mesmo tempo em que pode apontar para a perda, ainda que gradual, de hegemonia dessa FD, tal heterogeneidade também demonstra a dificuldade de se recuperar a noção de classe, de identificar um discurso que unifique os trabalhadores.

Em meio às tantas movimentações de trabalhadores que vêm ocorrendo, principalmente após a pandemia, podemos considerar que a heterogeneização é fruto de mudanças em curso na história do mundo do trabalho? Em se tratando de uma profissão predominantemente feminina, teriam os movimentos feministas contribuído para a desestabilização da FD

atualmente dominante no contexto de trabalho? Ou são fruto, ainda, do recente avanço dos estudos editoriais? São perguntas que, por ora, não conseguimos responder, mas que merecem ser investigadas.

Por fim, importante mencionarmos que as rupturas se dão unicamente a partir de FDs já existentes, não sendo identificados aspectos que demonstrem mobilização e perspectiva em relação ao futuro. O ponto de convergência entre a maioria desses profissionais pode ser resumido no desejo do aumento do valor da revisão, tanto em termos financeiros quanto simbólicos. Não se sabe, contudo, nem como isso será alcançado nem quem se responsabilizará por essa tarefa. Até então, não parece haver mobilização e organização das(os) revisoras(es) em prol desse objetivo.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2014. E-book.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? *Estudos Avançados*, [s.l.], v.34, n.98, p.111-126, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.39, n.3, p.579-597, 2020b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGw9nNzqPrS7wFsMN/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just-in-time* na periferia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v.11, n.3, p.933-955, 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1081>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *Caça às bruxas e capital: mulheres, acumulação, reprodução*. São Paulo: Elefante, 2025.
- GRAFTON, Anthony. *La cultura de la corrección de textos en el Renacimiento europeo*. Buenos Aires: Ampersand, 2014.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.). *Práticas Discursivas e identitárias. sujeito & língua*. Porto Alegre: Nova Prova: PPG-Letras/UFRGS, 2008. p.9-33.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MEDEIROS, A de. *Arte da revisão de provas typographicas: Seguida de um estudo orthographico, da lista de expressões latinas e de outras linguas mais empregadas*

entre nós, e acompanhada de uma nota dos gallicismos com a respectiva correcção, etc. etc. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert & Cia, 1885.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. *Littera Online*. São Luís, n.17, p.124-145, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MUNIZ JR., José de Souza. *O trabalho com o texto na produção de livros: os conflitos da atividade na perspectiva ergodialógica*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17022011-122845/publico/3686978.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p.7-24, 1990 [1982]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

Self-Entrepreneurship or Subordinated Self-Management? Tensions of Neoliberal Subjectivity in Text Editing

ABSTRACT

Neoliberalism, as it expands globally, generalizes characteristics historically constitutive of the labor market in the Global South — informality, flexibility, and low social protection —, particularly affecting women (Antunes, 2015). This movement intensifies precariousness even in intellectual activities, such as text editing, a predominantly female profession. Considering this scenario, the article proposes an intersection between elements attributed to femininity, historically constitutive traits of text editing, and aspects of neoliberal discourse, aiming to verify whether there is resistance to neoliberal ideology in this activity. Anchored in Pêcheux (2014 [1975]) and Indursky (2008), we investigate whether text editors position themselves in relation to this discursive formation through identification, counter-identification, or disidentification. The analyses identified all these processes, contradicting the notion that contemporary workers fully adhere to the ideal of "being their own bosses". Challenges to neoliberal ideological formation occur mainly through a labor-oriented discursive formation. The observed discursive heterogeneity appears to result from the current fragmentation of the working class.

KEY WORDS:

Neoliberal discourse
Text editing
Labor precarization
Discourse Analysis
Modes of subjectivation
Gender

SUBMETIDO: 28 de dezembro de 2025 | **ACEITO:** 11 de março de 2026 | **PUBLICADO:** 31 de julho de 2026
© fólio – revista de letras 2026. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](#)
